

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 Aos doze dias do mês de fevereiro de 2019, às 10h18m, foi realizada a 54ª Reunião
2 Ordinária do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU, na Rua São Bento, 405,
3 Auditório do 15º andar do Edifício Martinelli, São Paulo, SP. Pauta do dia: **1)** Informes
4 Gerais; **2)** Em seguida, deu ciência Das atas das 51º, 52º e 53º Reunião Ordinária. **3)**
5 Diretrizes do PIU Vila Leopoldina- Villa Lobos; **CONSELHEIROS PRESENTES DO**
6 **CMPU:** Fernando Chucre (Presidente); José Amaral Wagner Neto (suplente); **ÓRGÃOS**
7 **MUNICIPAIS:** Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – **SMUL:** Rosane
8 Cristina Gomes (TITULAR 2) e Ana Maria Gambier Campos (TITULAR 3); Secretaria do
9 Governo Municipal – **SGM:** Caren Vanessa Diniz (SUPLENTE); Secretaria Municipal da
10 Fazenda – **SF:** Iany Macedo Ribeiro de Souza (SUPLENTE); Secretaria Municipal de
11 Direitos Humanos e Cidadania – **SMDHC:** Ronaldo Luiz Risetto (TITULAR); Secretaria
12 Municipal de Habitação – **SEHAB:** Guilherme Filocomo (SUPLENTE); Secretaria Municipal
13 de Infraestrutura e Obras – **SIURB:** Dirce Carregã Balzan (SUPLENTE); Secretaria
14 Municipal do Verde e do Meio Ambiente – **SVMA:** Luiz Ricardo Viegas de Carvalho
15 (TITULAR); Secretaria Municipal de Cultura – **SMC:** Mariana de Souza Rolim
16 (SUPLENTE); Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia – **SMIT:** Tatiana Gomes
17 Lopes (SUPLENTE); São Paulo Urbanismo – SP URBANISMO: Patricia Saran (TITULAR),
18 José Armênio de Brito Cruz (SUPLENTE); Companhia Metropolitana de Habitação de São
19 Paulo – **COHAB:** Sinésio Aparecido da Silva (TITULAR), Renata Milanesi (SUPLENTE);
20 **SUBPREFEITURA MACRORREGIÃO:** LESTE 2: Alessandra Jacinto Batista (TITULAR);
21 **SOCIEDADE CIVIL: CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL**
22 **MACRORREGIÃO:** OESTE: Maurício Ramos (SUPLENTE); CENTRO: Gabriel Rostey
23 Gonçalves (TITULAR); **MOVIMENTOS DE MORADIA:** Evaniza Lopes Rodrigues
24 (TITULAR); **ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO:** Renata Esteves de Almeida Andretto
25 (SUPLENTE), Lucila Falcão Pessoa Lacreta (SUPLENTE), Mariana Ferraz Kastrup
26 (TITULAR); **SETOR EMPRESARIAL:** Adriana Blay Levisky (SUPLENTE), Larissa Garcia
27 Campagner (TITULAR), Andy Alexandre Gruber (SUPLENTE); Organizações não
28 Governamentais – **ONGS:** Danielle Cavalcanti Klintowitz (TITULAR); **ENTIDADES**
29 **ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO**
30 – **AMBIENTAL:** Valter Luis Caldana Junior (TITULAR); Movimentos de Mobilidade
31 Urbana: Carlos Afonso Cerqueira Aranha (TITULAR); **ÓRGÃOS ESTADUAIS E**
32 **INTERMUNICIPAIS: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DA**
33 **BACIA ALTO JUQUERI – CIMBAJU:** Altair Gonçalves Damasceno (TITULAR); **1)** O
34 Secretário Adjunto de Urbanismo e Licenciamento, José Amaral Wagner Neto, iniciou
35 a reunião como suplente do presidente do CMPU - Sr. Fernando Chucre. **2)** Na
36 sequência, a Secretária Executiva, fez os informes gerais, apresentou os itens de pauta
37 e deu ciência as atas das 51º, 52º e 53º Reuniões Ordinárias do CMPU. **3)** Na
38 sequência, passou a palavra, para o Sr. José Armênio B. Cruz – Presidente da SP-
39 Urbanismo, que relatou que a São Paulo Urbanismo foi responsável pelo
40 desenvolvimento do PIU Vila Leopoldina, proposto no Plano Diretor Estratégico;
41 abordou sobre a motivação e preocupação com a formulação do programa público
42 que irá receber os recursos captados pela intervenção; julgou importante, mostrar
43 preocupação sobre a estruturação da contrapartida pública e a contrapartida do
44 privado no entorno do terreno da Votorantim, empresa privada que propôs o PIU em
45 questão; na sequência, agradeceu a presença de todos e passou a palavra aos

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA

46 Representantes Técnicos da SP-Urbanismo. **4)** O Sr. Leonardo Amaral Castro
47 sintetizou a importância do detalhamento do projeto de intervenção urbana e a
48 parceria entre os setores públicos e privados, que proporcionará a continuidade do
49 projeto e as transformações na área de intervenção. **5)** Na sequência, passou a
50 palavra para o Sr. Marcelo Fonseca Ignatios, que conduziu a apresentação e informou
51 que a presente reunião, acontece no âmbito da terceira fase do projeto; expôs as fases
52 e linha do tempo para a elaboração do estudo do projeto; abordou sobre a criação do
53 Projeto de Lei para implantação e sobre a terceira fase com as respectivas consultas
54 públicas e calendário previsto das reuniões intersecretariais e audiências públicas;
55 apresentou slides com as revisões e ajustes da modelagem econômica com propostas
56 dos potenciais construtivos que foram definidos e os que serão definidos nas próximas
57 etapas e divisões projetuais; informou sobre a disponibilização da cota de
58 solidariedade, a qual será utilizada a medida que os empreendimentos privados
59 tiverem demandas e conforme as alternativas já previstas no Plano Diretor Estratégico;
60 apresentou slides com o programa de intervenção e etapas do projeto, quadro de
61 modelagem econômica com respectivos cálculos de potencial construtivo adicional –
62 PCA, lotes inclusos na área de intervenção urbana - AIU, quadro sobre a habitação de
63 interesse social, hastas com as metragens e valores de potencial construtivo, selagens
64 com número total previsto das famílias que serão beneficiadas; expôs o programa de
65 intervenção com valores e delimitação da área do perímetro com proposta de
66 setorização do projeto com modelagem eletrônica, quadro resumo com a quantidade
67 de unidades de habitação de interesse social e dimensões sugeridas para os
68 equipamentos de apoio; expôs imagem ilustrativa do cenário adotado pela Prefeitura
69 de São Paulo para HIS e proposta para a área institucional que beneficiará a
70 comunidade, mapas com demarcação das vias principais de acesso, indicação dos
71 valores dos terrenos em reais por metro quadrado, fluxograma com a oferta de
72 Potencial Construtivo Adicional – PCA, com as etapas de desenvolvimento e execução
73 do projeto; em complemento expôs a minuta do projeto de lei e resumiu cada capítulo
74 expondo brevemente quadros, mapas que são anexos da minuta. **6)** O Sr. Presidente e
75 Secretário de Urbanismo e Licenciamento, Fernando Chucre, agradeceu a presença
76 de todos, abriu para discussão e passou a palavra para os membros do Conselho. **7)** A
77 Representante da Sociedade Civil, do SETOR EMPRESARIAL - ASBEA, Sra. Adriana Blay
78 Levisky (SUPLENTE), parabenizou o trabalho da equipe sobre o desenvolvimento do
79 projeto, fez reflexão a respeito dos PIUs, sugeriu que o instrumento fosse revisado
80 sob perspectiva do cenário público e privado; na sequência, abordou sobre o perímetro
81 da área de intervenção urbana - AIU e área original do PIU que está relacionada à
82 propriedade da Votorantim; sobre a combinação entre área pública e privada,
83 questionou sobre a estratégia do leilão, se é possível outras iniciativas privadas
84 fazerem parte e quais das opções seriam mais viáveis, o leilão ou a outorga onerosa
85 em conjunto com o Termo de Compromisso, garantindo a realização das obras. **8)** Na
86 sequência, a Secretária Executiva, passou a palavra para o Conselheiro da
87 Macrorregião Oeste, o Sr. Maurício Ramos de Oliveira (SUPLENTE), que sugeriu a
88 criação de conselho de gestor de meio ambiente, contemplando todos os quesitos da
89 área ambiental; julgou importante demonstrar preocupação com o impacto ambiental
90 que será causado com o aumento do fluxo na região; mencionou a futura criação do

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA

91 piscinão na região da Vila Leopoldina; sugeriu a substituição do piscinão por projeto de
92 jardins de chuva e a execução de micro drenagem, sendo uma solução que atrai
93 menos insetos e doenças; sugeriu que fosse repensada a forma de conservação da
94 cidade e dos recursos hídricos de forma que proporcione harmonia entre o crescimento
95 urbano e meio ambiente. **9)** Na sequência, a Secretária Executiva, passou a palavra
96 para a Conselheira da União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e
97 Interior (UMM SP), a Sra. Evaniza Lopes Rodrigues (TITULAR), questionou a forma
98 como é feita a conta para as habitações de interesse social e a respectiva previsão de
99 moradia de interesse social – HIS, para a população de baixa renda do entorno, além
100 das comunidades mencionadas no PIU; questionou sobre o diálogo entre o PIU e as
101 consequências da futura desativação do CEAGES. **10)** Na sequência, a Secretária
102 Executiva, passou a palavra para a Conselheira da ONG PÓLIS – Instituto de Estudos,
103 Formação e Assessoria em Políticas Sociais, a Sra. Danielle Cavalcanti Klintowitz
104 (TITULAR), questionou onde será usado a cota de solidariedade, uma vez que já está
105 previsto habitação de interesse social nova; questionou sobre a demora da doação dos
106 terrenos e o motivo de acontecer somente na segunda etapa e não no início com a
107 doação dos terrenos e a possibilidade do faseamento de obras, de forma que o HIS
108 esteja cem por cento previsto no início, para que não ocorra a remoção das famílias,
109 sem que a população tenha moradia definitiva, usou como exemplo, a Favela da Linha
110 que será removida para abertura da nova avenida; questionou o motivo da cota de
111 solidariedade ser parcelada e a possibilidade de ser adiantada com o primeiro lote
112 (primeira hasta), possibilitando a aceleração do HIS; questionou a existência de
113 conselho gestor para a ZEIS e se foi aprovado algum projeto. **11)** Na sequência, a
114 Secretária Executiva, fechou o primeiro bloco de perguntas e passou a palavra para a
115 mesa responder os questionamentos. **12)** Em resposta ao questionamento sobre leilão
116 e outorga onerosa, o Representante Técnico da SP-Urbanismo, Sr. Marcelo Fonseca
117 Ignatios, informou que a modalidade do leilão permite a concorrência, não limitando a
118 um único proprietário, ainda que o potencial construtivo fosse usado dentro do
119 terreno, informou que caso fosse uma venda direta, haveria uma cessão com
120 obrigações diretas da Votorantim, desta forma, não haveria oportunidade aos demais
121 interessados que poderão surgir eventualmente. **13)** Em complemento, o
122 Representante Técnico da SP-Urbanismo, Sr. Leonardo Amaral Castro, julgou
123 importante abordar sobre o ponto de vista da questão jurídica, pois o objetivo não é
124 só fazer a venda do bem público que é o potencial construtivo adicional, e sim dar a
125 oportunidade da iniciativa privada empreender em intervenções de interesse público;
126 informou que é um procedimento imparcial, que atende as duas dimensões, o público
127 e o privado, garantindo a licitação tanto da aquisição do potencial construtivo, quanto
128 da escolha da empresa privada que irá executar as obras, sendo possível modular a
129 quantidade de potencial construtivo que será ofertado, sem perder o que foi feito na
130 primeira hasta, dando garantia ao primeiro adquirente da hasta que se comprometerá
131 com a realização das obras da etapa dois a que também terá processo de concorrência
132 entre os interessados; concluiu sobre a garantia jurídica que o leilão oferece para as
133 duas esferas, permitindo a modelagem fiel do potencial construtivo. **14)** O Sr.
134 Presidente, tem a palavra, respondeu o questionamento do Conselheiro Macrorregião
135 Oeste, informou sobre a necessidade do enfrentamento da situação que esta

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA

136 acontecendo em diversos PIUs, a sobreposição de diversos conselhos no mesmo
137 território, citou exemplo na região da Água Branca, há tanto o Conselho das ZEIS
138 como o Conselho da Operação Urbana Água Branca; especificamente com a questão
139 de um novo conselho para o meio ambiente, sugeriu a criação de câmara técnica e
140 modelo para realizar a intervenção em conjunto com a Secretaria do Meio Ambiente,
141 propôs que o novo conselho seja regido pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente já
142 existente; na sequência respondeu questionamento sobre HIS, informando que a
143 premissa do projeto é atender cem por cento as famílias que sofrerão com os impactos
144 diretos das intervenções; sobre a segunda premissa, abordou sobre a demanda
145 habitacional gerada pelas famílias residentes dentro e fora do trecho do PIU da própria
146 ZEIS; expôs que será necessário pensar na aquisição de HIS com outras fontes de
147 financiamento, possibilitando a entrega de habitações de maior qualidade urbanística
148 do ponto de vista da tipologia, possibilitando modelo diferente da "Minha Casa, Minha
149 Vida" que é um produto padronizado e restritivo sob perspectiva da tipologia quadra;
150 em resposta a demora da doação dos terrenos, informou que aconteceu por conta do
151 atraso da disponibilização formal; informou que a cota de solidariedade será aplicada
152 no âmbito maior, pois há outras intervenções previstas, garantindo o atendimento às
153 famílias; sobre o valor excedente ao previsto com a cota de solidariedade ou
154 arrecadação, será destinado a outras intervenções dentro de um perímetro maior,
155 como por exemplo no Arco Pinheiros. **15)** Em complemento a questão da cota de
156 solidariedade, o Representante Técnico da SP-Urbanismo, Sr. Marcelo Fonseca
157 Ignatios, abordou sobre a fase e a forma em que a cota de solidariedade será
158 executada (fracionada ou não); informou que o objetivo inicial era que a cota de
159 solidariedade integrasse a contrapartida financeira, integrando no preço do potencial
160 construtivo, informou que a partir do momento em que é apartado, faz com que o
161 potencial construtivo tenha um preço exclusivo para ele e outro para cota de
162 solidariedade, valor que já foi dado nas condições ordinárias do Plano Diretor
163 Estratégico; sugeriu posterior discussão e avaliação para que a cota de solidariedade
164 possa ser usada em atendimento a uma demanda extra ou que pudesse ter uma
165 apropriação, sendo algo adicional em relação ao que é o mínimo básico, podendo ser
166 uma cota distribuída no tempo de maneira antecipada. **16)** Na sequência, o
167 Representante Técnico da SP-Urbanismo, Sr. Leonardo Amaral Castro, julgou
168 importante complementar, informando que a partir do PIU, é possível enxergar a
169 disponibilidade financeira existente, pois foi feito estudo econômico específico para a
170 destinação dos valores. **17)** A Sra. Secretária Executiva, abriu as perguntas ao público
171 e passou a palavra para o Sr. José Antônio Zagatto – Coordenador do Conselho
172 Participativo da Lapa, que fez questionamentos sobre as relações técnicas urbanísticas
173 e sobre a participação do conselho social na implementação do PIU, mencionou o
174 artigo 39 da minuta, sobre o papel do conselho gestor no controle social das atividades
175 e demais artigos relacionados; questionou o motivo de não aparecer o papel do
176 conselho gestor de forma deliberativa no PIU como acontece na Operação Urbana
177 Água Branca; julgou importante expor os artigos: artigo 19: "A disciplina da
178 contraprestação pela aquisição do Potencial Construtivo Adicional mediante leilão
179 constará de minuta do Termo de Cooperação, anexa ao instrumento convocatório, e
180 que terá como conteúdo mínimo." – informou que o presente artigo, aborda sobre o

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA

181 conteúdo e forma do termo de cooperação da Prefeitura entre os adquirentes do
182 CEPAC, porém não abrange questões sobre a contribuição do conselho gestor; artigo
183 29: "Art. 29. A AIU-VL terá conta segregada no FUNDURB, que receberá os recursos
184 para implantação de seu Programa de Intervenções ou de eventuais intervenções
185 adicionais a partir da arrecadação havida pela comercialização ordinária do Potencial
186 Construtivo Adicional pelo Poder Público." – sobre a conta segregada e FUNDURB,
187 sugeriu a alteração de forma que o conselho gestor seja deliberativo, sem depender da
188 concessão do FUNDURB para a realização das intervenções da listagem prioritária de
189 execução, pois o mesmo pode recusar a liberação do valor e a listagem prioritária não
190 será executada; artigo 31 – "A implantação do Programa de Intervenções da AIU-VL se
191 dará mediante ação concertada entre os agentes privados, órgãos e entidades
192 municipais, devendo atender, no mínimo, às disposições desta Lei: § 1º. As atribuições
193 conferidas às secretarias municipais por esta Lei poderão ser delegadas às entidades
194 da administração indireta a tais vinculadas; § 2º. A coordenação das ações previstas
195 no "caput" caberá à empresa SP-Urbanismo, que contará com a colaboração dos
196 demais órgãos e entidades municipais para o desempenho das funções a si afetas." –
197 sugeriu a revisão do primeiro parágrafo, pois permitiria a transição da administração
198 direta para a indireta, sendo esta última com regimentos e autarquias diferentes, que
199 não possuem contato necessariamente sob o mesmo controle social que a
200 administração direta; sobre o segundo parágrafo, sugeriu a participação do conselho
201 gestor no desenvolvimento e detalhamento das ações; artigo 32: "Caberá à SMUL além
202 das outras atribuições previstas em lei: III - realizar o controle finalístico da
203 transformação urbana através do acompanhamento das políticas públicas e do
204 monitoramento dos indexadores da transformação territorial." – sugeriu a alteração da
205 redação, tornando-a clara e didática na questão do controle finalístico, com tradução
206 dos termos técnicos por meio de um glossário; artigo 34: "Caberá à Secretaria
207 Municipal de Habitação, além das outras atribuições previstas em lei: I – promover a
208 realocação da população cadastrada nos termos do art. 14, § 1º, desta Lei, mediante a
209 implementação de ações integrais para cada um dos núcleos envolvidos, especialmente
210 as previstas no art. 14, inc. III, desta Lei, facultada a intervenção em momentos
211 temporais distintos, assegurando-se, em qualquer hipótese, a realocação da população
212 em unidades de HIS construídas em função da implantação do PIU-VL; II - implantar o
213 Serviço de Sociabilização pós-ocupação para atendimento às famílias moradoras dos
214 novos EHIS, compreendendo equipes de assistentes sociais para auxílio no convívio
215 com o novo condomínio e no planejamento financeiro necessário, bem como outras
216 ações de assistência, capacitação e desenvolvimento social para atender a população e
217 assegurar a inclusão no processo de desenvolvimento urbano." – questionou a
218 participação do conselho gestor no primeiro e segundo inciso; abordou sobre a
219 securitização dos pagamentos que poderão ser transferidos para a gestão condominial;
220 para o segundo inciso, abordou sobre o entabulamento entre os adquirentes do CEPAC
221 e o poder público nos moldes do termo de cooperação; artigo 36: "Caberá à Secretaria
222 Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, além das outras atribuições previstas em
223 lei: I - fiscalizar a implantação do Programa de Intervenções, quando realizado como
224 resultado da contrapartida por parte do vencedor das hastas públicas de Potencial
225 Construtivo Adicional." – questionou a participação do conselho gestor e respectivas

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA

226 atribuições, sugeriu torná-lo mais participativo na fase de implementação do projeto.
227 **18)** Na sequência, a Secretária Executiva, passou a palavra para o Conselheiro de ZEIS
228 – Sr. Carlos Alexandre Beraldo, que questionou a demora na agenda das audiências
229 públicas; questionou se o recurso oferecido pelo proponente será suficiente para a
230 elaboração de todas as moradias, mesmo que aconteça o primeiro leilão para assumir
231 a primeira cota e para a segunda fase garantindo o valor que faltaria para inteirar a
232 segunda etapa para a Favela da Linha; questionou a demora no processo de
233 implantação do projeto HIS, uma vez que o terreno para execução do projeto está
234 definido; abordou sobre a licitação e empresa ganhadora que foi nomeada como
235 responsável pela descontaminação e construção; informou que a Votorantim já possui
236 uma parcela do terreno liberado para construção, bem como o recurso que garante a
237 execução das atividades. **19)** Em resposta, o Representante Técnico da SP-Urbanismo,
238 Sr. Leonardo Amaral Castro, informou que a consulta pública está aberta e solicitou
239 que o coordenador do Conselho Participativo da Lapa, encaminhasse via e-mail todas
240 as considerações pertinentes para revisão da minuta. **20)** Na sequência, o Sr.
241 Presidente, informou que a discussão a respeito das HIS acontece há algum tempo
242 sobre as dificuldades do financiamento que é feito pela Secretaria da Habitação,
243 beneficiando a totalidade das famílias que moram no entorno; sobre o prazo das
244 audiências públicas, informou que houve demanda e questões de diversos setores da
245 Sociedade Civil e algumas secretarias que solicitaram a prorrogação do prazo da
246 consulta pública; abordou sobre a necessidade de quantificar e especificar a tabela de
247 equipamentos públicos com suas respectivas metragens e capacidade de usuários;
248 informou que será disponibilizado a agenda com as datas das audiências públicas,
249 assim que o prazo da consulta pública for encerrado. **21)** Na sequência, a Secretária
250 Executiva, passou a palavra para Conselheiro das Entidades Acadêmicas e Pesquisa
251 Ligadas à Área de Planejamento Urbano – Ambiental – Universidade Presbiteriana
252 Mackenzie – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Sr. Valter Luís Caldana Junior
253 (TITULAR), julgou importante as observações sobre as questões do conselho gestor
254 ser ou não ser deliberativo; questionou o que será deliberado pelo conselho e seu real
255 papel no projeto de intervenção; abordou sobre a confusão que há entre a operação
256 urbana e o PIU e os instrumentos de cada um deles; tendo em vista que o conselho
257 gestor da operação urbana está relacionado ao planejamento, questionou a que estará
258 relacionado o conselho gestor do PIU que por sua vez é um projeto; sugeriu que fosse
259 discutido a necessidade da inclusão na minuta das atividades e momentos que
260 exercerá deliberações no PIU. **22)** Em resposta, o Sr. Presidente, agradeceu a
261 contribuição e abordou sobre a sobreposição de mais de um conselho em um único
262 território e informou que haverá uma oportunidade para discutir as questões
263 específicas. **23)** Na sequência, a Conselheira de Movimentos de Moradia, a Sra.
264 Evaniza Lopes Rodrigues (TITULAR), questionou se a comissão eleitoral da CMPU foi
265 completada e qual a previsão da reunião. **24)** Em resposta, a Sra. Secretária
266 Executiva, informou que houve necessidade de uma nova prorrogação de prazo para
267 inscrição após a desistência de um membro; informou que a comissão já está formada
268 e que o prazo de inscrição foi encerrado na presente data; informou que ainda não há
269 data para a próxima reunião, pois não foi fechado contrato de como será feita a
270 eleição. **25)** Em complemento, o Sr. Presidente e Secretário de Urbanismo e

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA

271 Licenciamento, informou que será usado o mesmo modelo da SEHAB, pois não houve
272 reclamações; na sequência, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.
273 **Encerramento:** 11h57m
274

ENTIDADES/MEMBROS AUSENTES:

PRESIDÊNCIA

SUPLENTE 1: ELIANA MARIA DAS DORES GOMES

ORGÃOS MUNICIPAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO – SMG; SECRETARIA MUNICIPAL DE JUSTIÇA – SMJ; SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS – SMSUB; SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES – SMT; SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO – SMTE; SUBPREFEITURA – MACRORREGIÃO: MACRORREGIÃO NORTE 1; MACRORREGIÃO NORTE 2; MACRORREGIÃO OESTE; MACRORREGIÃO CENTRO; MACRORREGIÃO LESTE 1; MACRORREGIÃO SUL 1; MACRORREGIÃO SUL 2

SOCIEDADE CIVIL

Conselho Participativo Municipal – Macrorregião: Macrorregião Norte 1; Macrorregião Norte 2; Macrorregião Leste 1; Macrorregião Leste 2; Macrorregião Sul 1; Macrorregião Sul 2; Entidades Profissionais Ligadas À Área De Planejamento Urbano-Ambiental;

ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL


Movimentos Ambientais; Movimentos Culturais; Entidades Religiosas; Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES; Conselho Municipal de Trânsito E Transporte – CMTT; Conselho Municipal de Habitação – CMH.

ORGÃOS ESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS

Secretaria Estadual da Habitação; Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos; Secretaria Estadual do Meio Ambiente; Secretaria Estadual dos Transportes Metropolitanos; Consórcio Intermunicipal de Municípios do Grande ABC da Região Metropolitana de São Paulo – CIGABC; Consórcio Intermunicipal de Municípios da Região Sudoeste da Grande São Paulo – CONISUD; Consórcio Intermunicipal da Região Oeste Metropolitana de SP – CIOESTE; Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê – CONDEMAT.

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA


PRESIDÊNCIA



FERNANDO CHUCRE
PRESIDENTE

JOSÉ AMARAL WAGNER NETO
PRESIDENTE SUPLENTE

**APOIO
SECRETARIA EXECUTIVA DO CMPU**



TALITA VEIGA CAVALLARI FONSECA
SECRETÁRIA EXECUTIVA

ENTIDADES PRESENTES

ORGÃOS MUNICIPAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO – SMUL

ARLETE DOS ANJOS GRESPAN
SUPLENTE 1

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – C MPU
ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA



ROSANE CRISTINA GOMES
TITULAR 2

ANA MARIA GAMBIER CAMPOS
TITULAR 3

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL – SGM

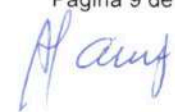
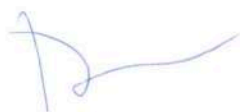
CAREN VANESSA DINIZ
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SF

IANY MACEDO RIBEIRO DE SOUZA
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – SMDHC

RONALDO LUIZ RISSETTO
SUPLENTE

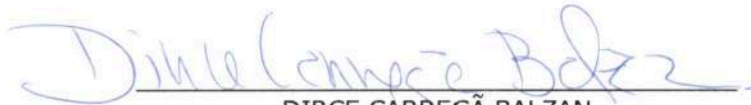


CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA

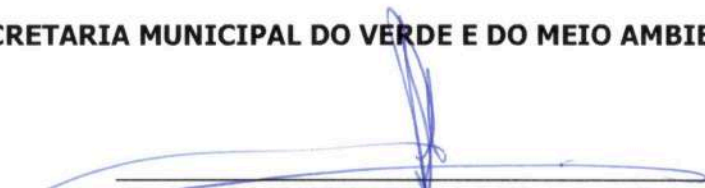
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SEHAB

GUILHERME FILOCOMO
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS – SIURB


DIRCE CARREGÃ BALZAN
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE – SVMA


LUIZ RICARDO VIEGAS DE CARVALHO
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SMC

MARIANA DE SOUZA ROLIM
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA - SMIT


TATIANA GOMES LOPES
SUPLENTE

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA

SÃO PAULO URBANISMO – SP-URBANISMO




PATRICIA SARAN
TITULAR

JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ
SUPLENTE

COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO – COHAB

SINÉSIO APARECIDO DA SILVA
TITULAR

**SUBPREFEITURA – MACRORREGIÃO
MACRORREGIÃO LESTE 2**



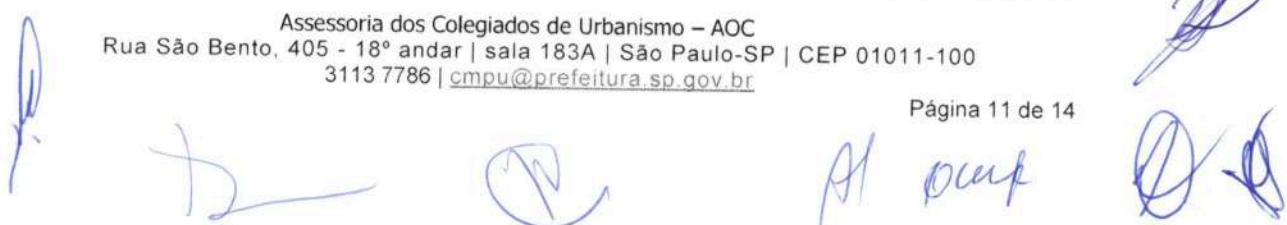
ALESSANDRA JACINTO BATISTA
TITULAR

SOCIEDADE CIVIL

**CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL
MACRORREGIÃO OESTE**




MAURÍCIO RAMOS
SUPLENTE



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA

MACRORREGIÃO CENTRO



GABRIEL ROSTEY GONÇALVES
TITULAR

MOVIMENTOS DE MORADIA

EVANIZA LOPES RODRIGUES
TITULAR

ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS

RENATA ESTEVES DE ALMEIDA ANDRETTO
SUPLENTE 1

LUCILA FALCÃO PESSOA LACRETA
SUPLENTE 3



MARIANA FERRAZ KASTRUP
TITULAR 4

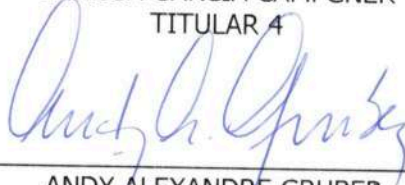
SETOR EMPRESARIAL

ADRIANA BLAY LEVISKY
SUPLENTE 3

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA



LARISSA GARCIA CAMPGNER
TITULAR 4



ANDY ALEXANDRE GRUBER
SUPLENTE 4

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGS



DANIELLE CAVALCANTI KLINTOWITZ
SUPLENTE

**ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS À ÁREA DE
PLANEJAMENTO URBANO AMBIENTAL**



VALTER LUÍS CALDANA JUNIOR
SUPLENTE

MOVIMENTOS DE MOBILIDADE URBANA

CARLOS AFONSO CERQUEIRA ARANHA
TITULAR



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA

ORGÃOS ESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS
**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DA BACIA ALTO JUQUERI –
CIMBAJU**

ALTAIR GONÇALVES DAMASCENO
TITULAR